

ISSN 2184-4135

1

ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos



 Hora de ler

março 2019

ANAIS LEIRIENSES

estudos & documentos

1

MARÇO DE 2019

 Hora de ler



Título: ANAIS LEIRIENSES - estudos & documentos - 1

Editor: Carlos Fernandes

Coordenador Científico: Saul António Gomes
(Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Conselho Consultivo: Cristina Nobre, Isabel Xavier, J. Pedro Tavares, João Bonifácio Serra, Luciano Coelho Cristino, Mário Rui Simões Rodrigues, Miguel Portela, Pedro Redol e Ricardo Charters d’Azevedo

Concepção e arranjo da capa: Gonçalo Fernandes

Colecção: ANAIS LEIRIENSES - 1



© Hora de Ler, Unipessoal Lda.
Urbanização Vale da Cabrita
Rua Dr. Arnaldo Cardoso e Cunha, 37 - r/c Esq.
2410-270 LEIRIA - PORTUGAL
e-mail: horadelercf@gmail.com
Tlm: 966739440

Revisão e coordenação editorial: Hora de ler
Montagem e concepção gráfica: Hora de ler
Impressão: Artipol

1.ª edição: Março 2019

Edição 1007/19
Depósito Legal: 454238/19
ISSN: 2184-4135

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Afonso Lopes Vieira: dois textos gerados no exílio *Brancaflor e frei Malandro & Éclogas de Agora*

Cristina Nobre*

Do exílio de mais de três anos de Afonso Lopes Vieira nas Cortes (1932/33–1936) resultou uma obra diferente, com sabor acre e irónico, embora o texto póstumo, que chegou até nós em 1947 – *Brancaflor e frei Malandro. Dois piquenos poemas de amor* [B&FM] – e que se deve ao interesse dos editores, merecesse um estudo mais aprofundado com a ajuda dos elementos pertencentes ao espólio da Biblioteca Municipal de Leiria [BML].

Na BML há uma série de manuscritos (e não apenas um, como os editores de B&FM sugerem na nota editorial inicial), onde se podem ler várias versões, seja do texto, seja da carta inicial. Há aqui elementos para um estudo crítico mais aprofundado, quando não mesmo uma edição crítica de B&FM¹. A carta inicial com que abre o poema *Brancaflor*, e que serve de dedicatória e introdução, contém algumas referências que nos permitem datá-lo aproximadamente dos dolorosos anos em que Lopes Vieira se quer esquecer do mundo e de si próprio: “Per-



* Professora Coordenadora de Literatura Portuguesa no IPL.

¹ Vd. BML, B49, n.º 33401, que contém 1 f. ms., solta, 21 cm x 27,5 cm, escrita só da frente, a tinta preta, numerada no canto superior direito com o n.º 1, e com os versos de abertura de “*Brancaflor*, conto de amor, ou a história da Última Menina. I” e BML, B43, n.º 33396, com rascunho do prefácio e esboço para *Frei Malandro*. Ver II vol. de Nobre, 2005: 460.

doe-me que lhe ofereça o conto de *Brancaflor*. Escrevi-o em dias tristes, para me esquecer de mim, ao pé dum fogão em que durante três anos queimei uma floresta.” (B&FM: 11)

Construindo de si mesmo uma imagem melancólica de desalento, recorre à escrita, num processo de libertação e sublimação através do qual se permite brincar com tudo o que profundamente o incomoda nesses anos de exílio. Sobre *Brancaflor* como reflexo de uma postura assertiva e crítica do escritor, revela-nos Aquilino Ribeiro o que teria sido um primeiro esboço anunciado:

[...] A *Branca Flor*, que anunciou bem cedo e em que trabalhava com largas intermitências desde há anos, não passa dum bordado bucólico em velha talagarça. A singularidade é que a *Branca Flor*, num acinte ainda a uma sociedade que ele no íntimo detestava com seus corrilhos, seus clubes, seus cafés, suas casas de chá, devia ser seduzida por um sócio do Tauromáquico. Ignoro se alguma vez teve testilhas com membro desta ilustre colectividade, e se guardou ressentimento, ou se a considerava para o caso apenas simbolicamente, o que se me afigura mais verosímil. É certo que ele votava uma simpatia muito frouxa pelas coisas que envolvessem violência ou aparentassem o culto objectivo da força. [...] (Ribeiro, [1949]: 310)

Escreveu B&FM como um divertimento, quase um exercício de estilo, entre verso e prosa, no ritmo do Romanceiro (que há muito tinha feito seu), tentando juntar as influências de uma ironia corrosiva, à Eça de Queirós, com uma pureza original, como a de *Menina e Moça*: “Diverti-me em saber se era possível juntar a sombra do *Padre Amaro* à da *Menina e Moça!*” (B&FM: 11). O resultado foi uma espécie de Quixote no feminino – “Acolha, pois, em suas mãos, que beijo, esta novela de Cavalaria da nossa época, este conto de fadas – nojento.” (B&FM: 12).

Os seis quadros que constituem o poema, desde “Jardim de Brancaflor” até “A Morte de Brancaflor”, são a demonstração à sociedade do modo como a educação solitária – entre a boa velha Quitéria, a voz ancestral do Romanceiro, e o Senhor dos Muros Altos, refugiado em Óbidos dos desgostos da vida, que dele tinham feito “o mais triste / de todos os portugueses” (B&FM: 44) – acaba por gerar um mundo de sonho, fantasioso, incapaz de enfrentar o mundo real, simbolizado no rapaz do automóvel vermelho, um homossexual, em vez do esperado “Príncipe encantado”. A donzela adocece e sonha com o “moço formoso” (B&FM: 71), até que resolve sair de casa para o procurar, encontrando a morte:

Ela agora quer o Mundo,
quer fugir aos Muros Altos!

Mas de repente tropeça,
cai do alto, vem bater
com a cabeça nas pedras
e fica estendida, imóvel
sombrazinha leve e branca
que faz no chão tenebroso
uma poça de luar... (B&FM: 75)

A sua morte é uma metáfora do estado do mundo, onde o refúgio onírico acaba por ser pago com a vida, e onde as Donzelas perderam a razão de existir, tornando-se caricaturas de um mundo de valores em extinção – qual Quixote em pleno delírio.

O segundo poema, “Frei Malandro”, pode ser entendido como uma continuação dos *Fioretti* franciscanos e resume-se a um questionamento do próprio S. Francisco, desejoso de perceber por que razão os irmãos fogem dele – o Sol esconde-se; as Aves fogem; o Lobo rosna-lhe – e qual o pecado cometido para isso acontecer. Descobre que o pecado tinha sido o abandono de Frei Malandro, bêbado, repugnante, mas também ele uma criatura de Deus. Por isso, S. Francisco – que encontrou Frei Malandro, guardado pelo Lobo, como se fora um cão – compreende a lição, e entoia um novo cântico de louvor ao Senhor:

– Louvado sejais, Senhor,
por terdes também criado
os nossos irmãos os maus,
os ladrões, os assassinos,
os pobres bêbados tontos,
os feitos só de má carne,
os coitados que não podem
nem amar-vos, nem servir-vos,
e que vós, contudo, amais
para ensinar-nos, Senhor,
o vosso Amor! (B&FM: 92)

Também este poema se pode ler como uma fuga irónica a uma época marcada por uma certa oscilação de valores morais, constituindo, de certo modo, a aceitação sublimada desse estado de coisas, o perdão possível —

para os outros e para ele — numa das atitudes mais consistentes com a autoimagem de homem honrado que o escritor sempre tinha perseguido e sem a qual não poderia viver. A postura irónica pode ler-se, nesta curva final da vida, como a maneira mais inteligente, a única saudável, de manter a lucidez face à derrocada de um conjunto de valores éticos e estéticos que julgou e quis eternos, tendo passado grande parte da vida a tentar concretizá-los. Só a ironia permite sobreviver à dilaceração dos ideais amesquinçados.

Outra atitude literária resultante deste doloroso exílio, também dentro de um registo irónico, embora trágico, é outra obra *sui generis* – *Éclogas de agora* [EA], de Setembro-Outubro de 1935 – de que se conhecem pouquíssimos exemplares, por se tratar de uma edição de autor que nunca chegou às bancas das livrarias e apenas passou de mão em mão². Mourão-Ferreira, referindo-se à edição das EA, dá as seguintes informações:

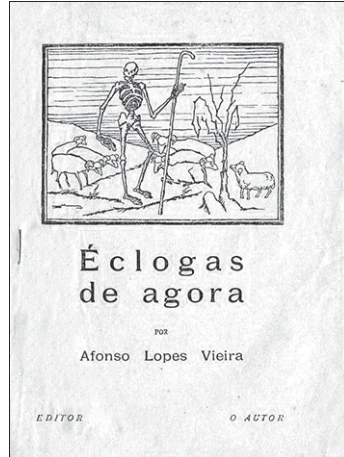
[...] Editando-as a suas expensas, com o seu nome bem claramente impresso na capa, com a explícita indicação, também, de que o editor era o próprio autor, mas sem menção da tipografia onde o trabalho se realizara – a fim de evitar, obviamente, incómodos a terceiros, ALV só não terá cometido a inútil imprudência de pôr o folheto à venda (para quê provocar a sua imediata e maciça apreensão?); mas, em contrapartida, dele fez, segundo sei, uma tão larga distribuição por amigos e conhecidos, amigos de conhecidos e conhecidos de amigos, que bem se pode dizer ter corrido assim todos os demais riscos que a empresa implicava. E só haverá uma explicação para o facto de o seu autor não ter chegado a ser preso por essa vez: a críptica linguagem utilizada, que não tornava transparentes, a um largo público, as alusões que lá se faziam. (Mourão-Ferreira, 1979: 132)

Num postal para Antero de Figueiredo, datado de 31 de julho de 1936, Lopes Vieira dá uma explicação diferente da de Mourão-Ferreira para a não publicação das EA, e confirma o processo de circulação do texto:

² O que não impediu que o escritor lhe procurasse dar os cuidados gráficos exemplares, característicos das suas obras. No espólio da BML, encontra-se um rascunho de Lopes Vieira, constituído por 2 fs. ms., para enviar a José Dinis Vieira / Leiria, e para ser executado por Manuel Barrias, com indicações precisas sobre o papel, formato e tipo de letra a empregar em EA, bem como um esboço do desenho pretendido para a capa que julgo da autoria do próprio escritor. Nesse esboço, por baixo da figura de um pastor, escreve a seguinte legenda: “guardados pela morte”; e, por baixo da cercadura do desenho, escreve: “ao modo dos folhetos de cordel” [BML, B118, n.º 33660]. Ver II vol. de Nobre, 2005: pp. 477-8, onde se reproduz esse documento.

[...] Mandar-lhe-ia com gôsto as *Éclogas* se não tivesse apenas um exemplar e imensa dificuldade em obter outros. Os sucessos do mundo e sobretudo os de Espanha criam-me graves escrúpulos em publicar este panfleto assaz cruel. Mas, no meu regresso a Lisboa, publique ou não, decerto lhe mandarei, por amizade e dever, um exemplar da obra do *poète maudit*. Até lá. [...] [BMP, M-AF-3]

A mesma justificação é dada a Agostinho de Campos, a quem escreve em 15 de julho de 1936, hesitante sobre a publicação dos versos, incomodado com a guerra civil espanhola, que começara nesse mês e almejando continuar a sua situação de exilado e que a publicação da recolha implicaria:



[...] Eu tinha uns versos para lhe mandar, mas suspendi a publicação por escrúpulos de consciência em vista de Espanha e do Mundo. Tenho pena porq. êsse lirismo grangear-me-ia pelo menos o exílio, e a posição de exilado é mt.º invejável para Portugueses. [...] (*apud* Amaro, 1972: 37)

O teor crítico e satírico contra o regime político do Estado Novo transformá-la-ia em objeto rapidamente obliterado pela Censura. Neste folheto de 36 páginas, “um dos primeiros espécimes, se não do primeiro [...] daquilo a que muito depois viria a chamar-se a ‘poesia de resistência’ contra o regime instaurado em 1926 [...]” (Mourão-Ferreira, 1979: 132), o escritor revela um certo espírito de resistência e oposicionismo ao Estado Novo, “uma vontade anti-totalitária, um grito de revolta, uma intenção de mudança” (Barreira, 1986: 7).

Servindo-se de um registo bucólico e ultrapassado, que admirava em Francisco Rodrigues Lobo, e de uma série de criptónimos (segundo as próprias leis do género, mas cuja chave de leitura possuímos)³, o escritor inscre-

³ Existem, no espólio da BML, dois exemplares das EA, que contêm anotações manuscritas, numa caligrafia que não é a de Lopes Vieira, mas sim a da sobrinha, M.^a da Luz A. W. de Andrade, onde se revelam os nomes cifrados das personagens do texto e a correspondência com personalidades da época: (p. 3) Lereno-F. R. Lobo; Lísio-río Lis; (p. 4) Umbro-tio Afonso; Dérito-A. Cortêz Pinto; sua

ve-se na contemporaneidade com o deíctico “agora”. Lopes Vieira encontra em EA um registo que lhe permite funcionar, ainda que de um modo simbólico, como crítico de um governo e de um sistema de censura e de opressão da liberdade de expressão que não podia deixar de abominar, como cavaleiro do Graal que sempre fora, ainda que achasse o resultado “assaz cruel” e atribuisse o original ao *poète maudit*, uma espécie de *alter-ego* de si mesmo.

Em *Nova Demanda do Graal* [NDG], na 43.^a “Breve nota de um estudante da língua”, deixará ler abertamente esta utilização da égloga como uma libertação possível: “Oh! que estilo aliciador de confissão – a égloga! Eu próprio me liberei no gôsto singular de permanecer discreto na indiscreção quando escrevi certas églogas (conservadas inéditas) [...]” [NDG: 306-7]. Em outubro de 1935, em entrevista a Alice Ogando, dirá abertamente: “[...] – Trabalho em dois livros que tenho quâsi acabados: um de versos – *Éclogas de agora*, – onde o estilo pastoril, aliás tão português, me serve para a sátira sobretudo e também para o lirismo, muitas vezes humorístico sob o seu aspecto sentimental. Os meus *pastores* e *pastoras* vivem e andam aí pelo Chiado e pela política, pelos cinemas e pela finança. [...]” (Ogando, 1935: 10).

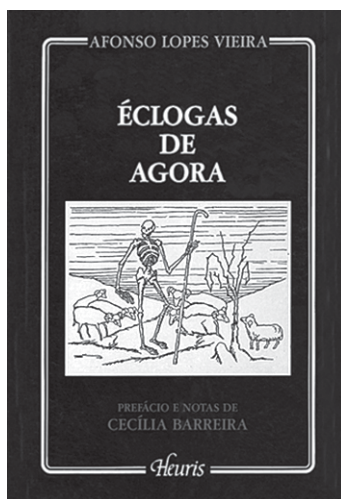
O texto das EA é constituído por cinco églogas independentes, cujo traço de ligação é a figura do pastor claramente identificada com Lopes Vieira. Assim, na I^a EA, os interlocutores são Lereno / Francisco Rodrigues Lobo e

pastora-D. M^a José Jordão Cortez Pinto; Lariano-Adriano Sousa Lopes; Gida-Guitte Sousa Lopes; Cândia-D. Cândida Aires de Magalhães; Alécio-Acácio de Paiva; (p. 5) nobre pastora-D. M.^a da Piedade Moreira Freire Corrêa Manoel Torres de Aboim - (minha tia bisavó) que morreu queimada na sua casa das Cortes, por ao passar num corredor, onde se encontrava no chão um ferro de engomar e atear, se ter pegado fogo ao roupão ligeiro q. vestia; pastor doce-A. Xavier Rodrigues Cordeiro, tio-avô de Afonso Lopes Vieira, proprietário da casa das Cortes; Castálio-A. Feliciano de Castilho; (p. 13) Hipério-Dr. Hipólito Raposo; Viviano-ALV; (p. 15) Antonius-Dr. António Sardinha; Cordário-Adriano Xavier Cordeiro; Brácaro-Dr. Luís de Almeida Braga; Monsário-Dr. Alberto Monsaraz; (p. 16) Rebélio-Dr. José Pequito Rebelo; Lucius-Dr. Afonso Lucas; “fala na Ribeira Clara”-juízo em Santa Clara do Dr. Hipólito Raposo, de quem Afonso Lopes Vieira foi defensor; “nas brigas de além morreu perdido”-alusão à perseguição que sofreu, por ter escrito a poesia “Ao Soldado Desconhecido (morto em França)” — Março de 1921; (p. 17) Pastor-senhor D. Duarte Nuno; (p. 18) um bom velho-Henrique de Paiva Couceiro; (p. 19) ínclitos Pastores-os Reis de Portugal; Mestre-D. João I; segundo Joane-D. João II; (p. 21) Lisbio-Dr. Oliveira Salazar; Rústico-povo rural; (p. 22) Agatónio-Agatão Lança; (p. 25) Aldo-ALV; Josefo-Dr. José Pequito Rebelo; Vaqueiro-povo; (p. 27) Zigrânia-Alemaña; zagal cesáreo-Mussolini; Lácio-Itália; “frio carril de aço”-Rússia comunista; (p. 33) “terras sêcas”-Espanha; (p. 34) “grão Roupinho”-Mousinho de Albuquerque. Se excluirmos os familiares, encontramos aqui nomes de amigos do escritor, grande parte do grupo integralista e em franca oposição ao regime de Salazar nesta década de 30, alguns exilados, outros já mortos na época.

Umbro / Lopes Vieira e a temática principal é a desilusão de Umbro perante o estado geral do país, desencanto tão grande que nem o deixa aproveitar as manifestações de amizade de Dérito, sua pastora, Lariano, Gida, Cândia ou Alécio, sob cujas designações se escondem amigos do escritor. A perturbação e o desânimo de Umbro são tão evidentes que este repudia o discurso animador de Lereno com estas afirmações pesadíssimas e que não admitem contradição:

De mentira é que morre Portugal
e tu próprio és mentira;
deixa-me e leva a pastoral e a lira!
[...] E tu, Lereno, vens
falar-me de bucólica poesia?
– Ouve na noite negra uivos de cães
que são a minha fruta e melodia!... (EA: 10)⁴

Na IIª EA, os interlocutores são Hipério / Hipólito Raposo e Viviano / Lopes Vieira, e as queixas e as lamentações são proferidas alternadamente pelos dois pastores que lastimam a sorte de outros companheiros como Alto Antonius / António Sardinha, Cordário / Adriano Xavier Cordeiro, Bracário / Luís de Almeida Braga, Monsário / Alberto Monsaraz, Rebélio / José Pequito Rebelo, Lucius / Afonso Lucas, todos eles relacionados na sua juventude com o movimento do Integralismo Lusitano, e que sofriam então as perseguições do Estado Novo⁵. Hipério lamenta a perseguição que o próprio Viviano sofreu quando cantou “esse zagal sem nome / que nas brigas de além morreu perdido” (EA: 16), uma referência explícita à



⁴ Comentando este mesmo excerto, Mourão-Ferreira dirá: “[...] O mais interessante, porém, é o momento em que, autofagicamente, o género bucólico se volve contra si mesmo e, na própria écloga, se faz a crítica da ficção pastoril que ali se está adoptando [...]” (Mourão-Ferreira, 1979: 134).

⁵ Vd. as interessantes notas sobre as *Éclogas*, da edição de EA publicada e prefaciada em 1986 por Cecília Barreira, na Heuris ed., Odivelas, pp. 51-68.

poesia apreendida de Lopes Vieira, *Ao Soldado Desconhecido (morto em França)* [SD], de 1921. Viviano lamenta a “Ardente mocidade”, “os zagais mais moços / – moços de idade, n’alma engelhadinhos –” (EA: 17) que pactuam com o regime, desencanto que justifica a preferência do pastor pela “solidão, formosa companhia” [EA: 17]. A solução de Hipério passa pela restauração da monarquia pura e ligada ao povo, e Viviano junta-lhe a necessidade de respeitar a liberdade e de manter as províncias ultramarinas, e não as colónias – “o que já é perdê-las” (EA: 20) –, numa lógica defendida pelo escritor, em que só as províncias poderiam entender-se como os sustentáculos de uma nacionalidade em declínio.

A IIIª EA toma como interlocutores Lísbio / Salazar e Rústico / Povo Rural, e o discurso do Rústico vai destruindo sistematicamente a imagem de grandeza e de ordem que Lísbio procura imprimir ao seu próprio discurso. À afirmação de manipulação por parte de Lísbio – “Vem ver este meu povo alegre e rico; / – dou-lhe corda, ele marcha!...” (EA: 22) –, responde o sonho de uma revolta purificada pela dissolução de classes, representado por uma grande marcha contra o ditador – “e de mãos dadas, Amos e Criados / todos desfilariam / diante da tribuna, onde, radioso, / tu dirias, sorrindo para o lado: / – Este é o ditoso povo meu amado!...” (EA: 23).

Na IVª EA, os interlocutores são Aldo / Lopes Vieira, Josefo / José Pequito Rebelo e Vaqueiro / Povo Vicentino. Pelo diálogo encetado, Aldo e Josefo deploram vivamente o estado de censura e de falta de liberdade de expressão que o país vive, comparando-o a outros sistemas totalitários e manipuladores das consciências como na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler ou na Rússia de Estaline (EA: 27), e só a boa disposição do Vaqueiro, símbolo das liberdades e prerrogativas populares, a defender intransigentemente que “o gado luso é mosqueiro, / liberdades, dignidades, / – são sagradas!” (EA: 31), consola o coração dos dois zagais. David Mourão-Ferreira destacará este passo crítico como um dos momentos altos destas EA:

[...] Mas o mais importante, porventura, destas églogas tão corajosamente desmistificadoras é que o seu autor tenha entendido que não constituía fenómeno isolado aquela nossa doméstica Ordem Nova dos anos trinta; que, pelo contrário, ela se inseria no contexto muito mais amplo do que hoje se chama a ‘tentação totalitária’; e que tal ‘tentação’ tenha apontado, sucessivamente, na *Écloga IV*, os exemplos da Alemanha nazi, da Itália mussoliniana e da União Soviética estalinista. (Mourão-Ferreira, 1979: 135-6)

Na Vª EA, fala só um Pastor / Lopes Vieira, que busca no Mar a consolação que a Terra não lhe dá, procurando na Fé e no Império o resgate dessa tristeza profunda. A figura de Roupinho / Mouzinho de Albuquerque é chamada a participar nessa redenção⁶, mas a visão das barbaridades perpetradas em África acabará por matar Roupinho – “Então, Roupinho, voltarás à pátria / e a tua sombra irá para o desterro” (EA: 36) – o que simboliza também o fim de qualquer esperança que pudesse ter sorrido a este Pastor.

No espólio da BML, encontra-se um fragmento de três folhas dactilografadas, com um fragmento de uma écloga inédita, que tem como interlocutores Lafónio e Dúlcio⁷. Lafónio parece ser mais uma vez o pastor Lopes Vieira, desenganado, sem as esperanças de renascimento cultural que teve no passado – “fui moderno e fui bravo / ao querer a reforma / de sciências e letras / que florissem no prado lusitano, / para que nos ficasse / mais lusitano e forte” –, esperanças essas alimentadas pela cultura francesa — “Das margens agitadas / do Séquana famoso / trouxe eu, por piedade e simpatia / das ribeiras do Tejo, / o espírito que lá soprava rijo” –, e cujo patrono tinha sido o “pastor Voltário” / Voltaire. Dúlcio, representando talvez uma figura cultural em destaque na época, é levado a prestar contas do estado de pobreza intelectual em que se encontra o país: “Ó Dúlcio, que fizeste do meu templo? / Até onde, descendo, / irão os meus pastores?”. Dúlcio é um representante das novas gentes das *avenidas novas* e dá voz a uma sociedade de *ladies e madames, viscondes, baronesas, manicures e Diplomatas*, concluindo o seu discurso, com ironia: “emfim, ó Língua lusa, / serás a língua rósea de Finette!... / – Isto é descer-se, duque?”. Lafónio nada responde a este discurso da cultura vendida e reduzida a parcela trágico-cômica do *high-life* português, e há um desencanto profundo neste silêncio dos “zagais do verde prado”, a simbolizar a impotência que a imagem solitária de “as abas de Lafónio / agitadas à brisa” contribui para intensificar.

Por esta janela aberta sobre o conteúdo desta *Écloga* inédita, coloca-se a hipótese de se tratar de mais uma parcela do conjunto das EA, já que se

⁶ E aqui [EA: 34-5] está já feito o primeiro esboço do poema sobre “Mouzinho de Albuquerque” que será incluído em OTAMC (1940), pp. 15-9.

⁷ BML, A89, n.º 33284. As 3 fs. encontram-se numeradas do n.º 22 ao n.º 24, o que me faz colocar a hipótese de que tenham pertencido a um conjunto maior, talvez até ao que deu origem às EA. Há algumas emendas a lápis na caligrafia de Lopes Vieira e o conteúdo desta écloga segue a mesma linha das EA. Ver II vol. da tese de doutoramento de Cristina Nobre, Parte II. 9. *Poemas e apontamentos diversos*, n.º 51, pp. 251-2, onde se reproduz este fragmento.

encontra aqui o mesmo registo de desilusão e de desalento, profunda desaprovação pelo estado degradado da cultura, mas também indiscutível imposição para alterar esse negro estado de coisas. Esta Écloga seria a que de mais perto tocava num real banalizado ao ritmo de uma vida social sem valor acrescentado, e na qual os agentes de cultura acabavam por se transformar em *dúlcios*. Comparativamente com as cinco EA, muito mais gerais, esta representaria uma flecha contra o mesquinho quotidiano, o que pode muito bem justificar o seu abandono, por quebrar um pouco a lógica crítica mais abrangente do conjunto.

No entanto, na entrevista de 1935 ao *Portugal Feminino*, depois transcrita no semanário literário *Fradique* – e que quebra um pouco a lógica muda do exílio do escritor – faz uma descrição analítica das EA, que bem parece poder abranger esta écloga inédita, e define-se, convictamente e sem medo de contradições, *reaccionário* e *anti-fascista convicto*:

[...] – E quem não é um nadinha político? um bocadinho só que seja?...

– Eu sou reaccionário, mas misturado com um anti-fascista convicto. Sou monárquico, mas dum rei da casa de Aviz, que escolha para a sua côrte os *homens bons* do Povo e nunca as duquesas beatas e os condes financeiros. [...] (Ogando, 1935: 10)

Com as EA, verdadeiro manifesto poético em tempo de exílio, embora continuando dentro de uma linha de “um certo aristocratismo intelectual, de um panteísmo cristão, de um democratismo intransigente e de um tudo ou nada lusitanismo ráxico que herdará de António Nobre, de Alberto de Oliveira, da *Renascença Portuguesa*, etc.” (Barreira, 1986: 7), Lopes Vieira assume perante a opinião pública a condição de perseguido político, defendendo intransigentemente a liberdade de imprensa e os direitos do Homem⁸.

⁸ É deveras curioso e emblemático desta posição de “perseguido político” o episódio vivido por Lopes Vieira e outros nomes conhecidos da época (entre os quais José Correia Mendonça, Duarte de Almeida, D. João de Almeida, Visconde do Porto da Cruz, Hipólito Raposo), presos de 16 para 17 de novembro de 1937. No ANTT, nos arquivos da PIDE/DGS, no processo SPS—3252 / 1937, pode ler-se que o escritor só foi detido em 17 de novembro, juntamente com Caetano Beirão e só foi solto em 24 de novembro. Esta detenção de 8 dias para averiguações aparece assim justificada: “[...] por ordem superior, [...] nesta esquadra, por pretenderem visitar o preso Henrique Paiva Couceiro.” Não é, pois, de estranhar a veneração que a figura de Paiva Couceiro (1861-1944) havia de despertar num grupo de nacionalistas em litígio com a política de perseguições do Estado Novo. Gaspar Simões situa a figura de Lopes Vieira nesta época, contando a sua versão deste episódio: “[...] Esteta no

Numa entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, e conduzida pelo jornalista Carlos Ferrão, em 1944 ou 1945, no fim da II Guerra Mundial, inteiramente cortada pela Censura (mas reproduzida no seu essencial por João Medina), Lopes Vieira esclarece as suas posições de monárquico convicto e descrente de uma república cujas provas só desabonavam em favor dessa mesma república:

[...] E se não sou republicano é apenas porque julgo que a democracia à portuguesa da nossa monarquia tradicional é o regime que pode precisamente realizar o que os republicanos desejam e a república não realizou até hoje, tendo oscilado classicamente entre a fórmula anárquica e a fórmula tirânica. [...] (*apud* Medina, 1980: 35)

O seu horror às ditaduras, sejam elas de que tipo forem, fica bem expresso no entendimento que fez do ideal nacionalista:

[...] Creio que toda a ditadura é entre nós antinacional. E o que me espanta é que homens cultivados, e devemos crê-lo, muitos deles animados do sincero esforço patriótico, hajam cometido o monstruoso erro psicológico de quererem governar este povo com tal método geométrico, coercivo e glacial. [...] (*id.*, *ibidem*)

Lopes Vieira aponta aos métodos ditatoriais uma falha básica de simpatia para com a alma do povo, e uma incompreensão total da classe intelectual, exemplificadas na censura exercida sobre escritos dos clássicos, como os do Pe. António Vieira, na celeuma levantada com escritos patrióticos, como a sua conferência de 1940, *O Carácter de Camões* [CC], no encerramento da Imprensa da Universidade de Coimbra, no exílio de heróis como Paiva Cou-

mais puro sentido da palavra, Afonso Lopes Vieira viveu os últimos anos da sua vida, ele que fora um dos bardos que mais amorosamente cantara as tradições da grei e os valores estremes da pátria portuguesa, numa irritação crescente contra a política supostamente fiel aos princípios que ele fora dos primeiros a eleger em bússola da ideologia nacionalista. Quando o conheci acabava ele de assistir à injusta prisão do seu amigo e correligionário Paiva Couceiro. E com que indignação! De malinha aviada, contava-se em Lisboa por essa época, se apresentara na esquadra de polícia onde Paiva Couceiro fora arrecadado, e atrevido perguntara à sentinela: // — É aqui que prendem as pessoas de bem? § Ei-lo convertido no gigante Adamastor. E foi sob esse feroz cariz que desde então se apresentou aos olhos de quantos tremiam diante dos que inclusivamente ousavam encarcerar heróis como o fabuloso herói de África. [...]” (Simões, 1974: 23-4)

ceiro, ou no exílio que esperaria outros, como António Sardinha, se a morte os não tivesse excluído desse destino (*idem*: 34-7).

A solução, preconizada pelo escritor, passava pelo programa cultural de sempre, para o qual contribuiu com toda a sua obra, transformada em cânone de uma nação, e que os representantes do Estado Novo não tiveram sensibilidade para perceber, do mesmo modo que não entendem – não *sentem* – o povo português:

– Temos, acima de tudo, de refazer com urgência uma unidade nacional que nos congregue no amor da Pátria, e nos congregue a todos, como homens de boa vontade, nas liberdades e na disciplina. § Se alguém se admirar de que as realizações materiais e espirituais do Estado Novo não bastaram para nos tornar agradecidos e fiéis, responderemos que o feitio essencial do povo português não foi, infelizmente para todos nós, nem sequer de longe *sentido* por quem tinha por missão *sentir-lo* melhor que ninguém a fim de governar esse mesmo povo. [...] (*apud* Medina, 1980: 36)

Na sua conceção, o entendimento de Povo passava pela revelação de uma unidade de consciência nacional, a mesma de que fala Rolão Preto, a propósito da universal “mensagem política” de Lopes Vieira. Este ensaísta considerava-o um democrata a exigir a perfeição da Democracia:

Era ele então um democrata? Era-o por certo no mais belo e mais alto sentido, se com isso se excluía tudo aquilo que tantas vezes estabelece entre homens de boa vontade um dramático equívoco. Se Democracia queria dizer o reinado das virtudes do povo – nobreza, candura e solidariedade – através da conduta das instituições abertas a todos os anseios, seguras contra todos os assaltos em que periga a liberdade humana; se a Democracia para além de qualquer conceito de facção significava como ética-política a equidade no ponto de partida de todos os trabalhadores; se a Democracia, para além de qualquer sistema rígido, podia ser um regime que incessantemente se renovasse, reconhecendo erros para os evitar, confessando os abusos para lhe dar castigo, aceitando as lições do tempo para se rectificar; se, finalmente, a Democracia, repelindo as traições da Burguesia, encontrava enfim o seu caminho de governo do povo – onde estaria o homem livre que não fosse democrata? § Sim, decerto, Afonso Lopes Vieira fazia à Democracia estas exigências. (Preto, 1946: 13)

De facto, as EA fazem parte da vontade expressa de afirmação de uma liberdade de pensar que Lopes Vieira encarnou enquanto intelectual convicto

e paladino de uma causa, resumida na causa de esteta de si mesmo, e na qual David Mourão-Ferreira quis ver a “[...] inflexível lógica interna de uma profunda e coerente orientação antitotalitária.” (Mourão-Ferreira, 1979: 137). O escritor fez-se e fez a sua obra à medida de uns quantos valores estéticos transformados em valores absolutos de uma poética própria e da alma de uma nação. Com essa crença firme, a única que parece nunca o ter abandonado, mesmo durante as grandes crises depressivas que atravessou, o escritor podia ter sido um admirável pedagogo.

No entanto, o esteta de si mesmo fugiu sempre a um certo formalismo disciplinador, que implicava o cumprimento estrito de um horário, com o qual o seu estatuto de intelectual livre e o seu temperamento de aristocrata sensível sempre confessou dar-se mal. Provavelmente uma demonstração de incapacidade para ser um membro da elite representante das ‘massas’ (Saraiwa, 1980: 9), e daí o orgulho em se manter isolado, quer da elite quer das massas, numa posição de ensimesmamento, que alguma da geração dos novos críticos marxistas não poderá entender se não sob a forma metafórica e cruel dos ‘turistas’ que “disfruta[m] o Inferno de bordo dos seus confortáveis barcos.” (*idem*: 56).

O isolamento e o exílio podem ler-se, finalmente, como o tributo a pagar por esta sede de independência a todo o custo que, se alguma novidade trouxe à produção literária do autor – a nota final irónica e menos ortodoxa –, foi a de o afastar da relação privilegiada e de êxito com o público leitor, afinal, a principal razão da sua constituição como figura literária prestigiada, isto é, valorizada positivamente e canonizada pela instituição cultural durante as três primeiras décadas do séc. XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia ativa:

- VIEIRA, Afonso Lopes,
1921, [SD] *AO SOLDADO DESCONHECIDO (morto em França)*, Vendido a favor de um orfão da guerra, Imp. Libanio da Silva, Lx., Março, folh. 4 pp.
1935, [EA] *Éclogas de Agora*, ed. do autor, Setembro-Outubro (1.^a ed.) — 1986, *Éclogas de Agora*, Pref. e notas de Cecília Barreira, ed. Heuris, Lx. (2.^a ed.).
1940, [CC] *O CARÁCTER DE CAMÕES*, Conferência realizada aos 9 de Janeiro de 1940 na Sociedade de Geografia de Lisboa, a convite do “Sindicato Nacional da Crítica”, sob a presidência de António Ferro, Liv. Bertrand, Lx.

- 1940, [OTAMC] *Onde a terra se acaba e o mar começa*, Liv. Bertrand, Lx. (1.^a ed.) – 1998, *Onde a terra se acaba e o mar começa*, Pref. de A. M. Couto Viana, (2.^a ed.).
- 1942, [NDG] *NOVA DEMANDA DO GRAAL*, Liv. Bertrand, Lx.
- 1947, [B&FM] *Bancaflor e Frei Malandro. Dois piquenos poemas de amor*, Liv. Sá da Costa, Lx.
- Espólio da Biblioteca Municipal de Leiria Dr. Afonso Lopes Vieira: documentos vários.
- Espólio da Biblioteca Municipal do Porto: BMP, fundo M-AF / Conjunto de 58 espécies – 3 cartões de visita, 21 postais, e 34 cartas, d. 1899-1943 de Afonso Lopes Vieira para Antero de Figueiredo.

Bibliografia passiva:

- AMARO**, Luís, (1972) “Correspondência inédita de Afonso Lopes Vieira” in *Colóquio/ Letras*, n.º 5, janeiro, pp. 37-43.
- BARREIRA**, Cecília, (1986) Prefácio e notas a *Éclogas de Agora* de ALV, Heuris ed., Lx.
- MEDINA**, João, (1980) *Afonso Lopes Vieira Anarquista*, introd. e notas de J. Medina, ed. António Ramos, Lx.
- MOURÃO-FERREIRA**, David, (1979) “Dois textos sobre Afonso Lopes Vieira” in *Lâmpadas no escuro – de Herculano a Torga – ensaios*, ed. Arcádia, Lx., pp. 103-38.
- NOBRE**, Cristina, (2005) *Afonso Lopes Vieira. A reescrita de Portugal*, vol. I e *Inéditos*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- OGANDO**, Alice, (1935) “Novas de Afonso Lopes Vieira, o poeta mais português de Portugal” in *Portugal feminino*, n.º 69, ano VI, outubro de 1935, pp. 10-1 e excertos republicados in *Fradique*, semanário literário, ano II, n.º 90, Lx., 24 de outubro de 1935.
- PRETO**, Rolão, (1946) “A Mensagem Política de Afonso Lopes Vieira” in *Diário de Lisboa*, ano 26.º, n.º 8404, Lx., 20 de abril, p. 13.
- RIBEIRO**, Aquilino, [1949] “Afonso Lopes Vieira e a Evolução do seu Pensamento” in *Camões, Camilo, Eça e alguns mais. Ensaios de crítica histórico-literária*, Livr. Bertrand, Lx., 3.^a ed., sd., pp. 271-335.
- SARAIVA**, António José, (1980) *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. I, Liv. Bertrand, Amadora, 5.^a ed.
- SIMÕES**, João Gaspar, (1974) “I. Afonso Lopes Vieira” in *Retratos de Poetas que conheci. Autobiografia*, Brasília ed., Porto, pp. 17-29.